

Mail: marco.moreira@cm-odivelas.pt

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Odivelas
Rua Guilherme Gomes Fernandes,
2675-372 Odivelas

| SUA REFERÊNCIA | SUA COMUNICAÇÃO DE | NOSSA REFERÊNCIA | DATA |
|----------------|--|--------------------------|------------|
| | Email's de julho, setembro 13 e fev 14 | 14808/2013/DCNF-LVT/DPAP | 18-03-2014 |

**ASSUNTO PDM DE ODIVELAS_FASE DE CONCERTAÇÃO
RECLASSIFICAÇÃO DE SOLO RURAL PARA URBANO**

Na sequência da reunião de concertação ocorrida em abril de 2013, a Câmara Municipal de Odivelas apresentou a fundamentação e a cartografia em formato *shapes* das áreas para as quais propõe a reclassificação de Solo Rural para Solo Urbano e que se "*revelam em conflito legal*" face ao artigo 16º do Decreto-lei n.º 124/2006 alterado pelo Decreto-lei n.º 17/2009 de 14 de janeiro (perigosidade de incêndio alta e muito alta) e ao Decreto-lei n.º 55/2007 de 12 de março (povoamentos florestais percorridos por incêndios).

Pela análise efetuada à informação apresentada, nomeadamente a cartografia e fundamentação apresentada para proceder à reclassificação de Solo Rural para Solo Urbano e de Solo Não Classificado para urbano, somos a informar o seguinte:

A)- Mancha 3, definida como povoamento florestal percorrido por incêndio em 2012, e em simultâneo é uma área classificada com perigosidade de incêndio alta.

A argumentação apresentada pela CMO reside no facto da referida mancha contemplar:

- Um Processo de licenciamento (habitação e atividades económicas) aprovado desde 1997;
- Relocalização da área edificável correspondente à parcela para a qual já existe projeto aprovado;
- Manutenção da continuidade do corredor verde que constitui uma mancha de área vital do

PROTAML.

INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I. P.

DEPARTAMENTO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E FLORESTAS DE LISBOA E VALE DO TEJO

Departamento de Conservação da Natureza e Florestas de Lisboa e Vale do Tejo
Apartado 25 – EC Sintra – 2711-901 SINTRA
Telefone: 219 247 200



A reclassificação desta mancha só é permitida após a caducidade da restrição imposta pelo Decreto-lei n.º 55/2007 de 12 de março, e da alteração da carta de perigosidade de acordo com Despacho 4345/2012 de 27 de março.

Sugere-se ainda que estas premissas sejam contempladas na proposta do regulamento do PDM.

B)- Mancha 10 – classificada na totalidade com perigosidade de incêndio alta e muito alta, à qual se sobrepõe uma pequena área de povoamento florestal percorrido por incêndio em 2010. Esta mancha situa-se numa zona limítrofe em relação ao Solo Urbano e junto a uma área de dimensão significativa com perigosidade de incêndio alta e muito alta em Solo Rural.

No entanto a CMO argumenta que a necessidade de reclassificação se prende com a redelimitação do perímetro da AUGI Borrageiro, a qual já tem o processo em aprovação, propondo a categoria de espaço urbano residencial a reconverter, devido à necessidade de realocação de lotes indicada no estudo geotécnico elaborado para a legalização deste bairro.

Perante a argumentação apresentada, considera-se que a reclassificação desta mancha só é permitida após a caducidade da restrição imposta pelo Decreto-lei n.º 55/2007 de 12 de março, e da alteração da carta de perigosidade de acordo com Despacho 4345/2012 de 27 de março.

Sugere-se ainda que estas premissas sejam contempladas na proposta do regulamento do PDM.

C) Manchas, 4, 5, 6, 7 e 8 - classificadas na totalidade com perigosidade de incêndio alta e muito alta e encontram-se localizadas em zonas limítrofes em relação ao Solo Urbano e junto a áreas de dimensão significativa com perigosidade de incêndio alta e muito alta em Solo Rural.

Tendo em conta o descrito, considera-se que as manchas em causa devem manter-se em Solo Rural devendo por isso ser redefinido o limite do Solo Urbano pelas construções já existentes.

D) Mancha 1, 2, 9, 11 e 13 - classificadas na totalidade com perigosidade de incêndio alta e muito alta, e encontram-se inseridas em tecido urbano (com construções na envolvente).

Neste sentido entende-se que estas podem ser objeto de reclassificação desde que seja alterada a carta de perigosidade de acordo com Despacho 4345/2012 de 27 de março ou em alternativa estas manchas sejam inseridas na Estrutura Ecológica Municipal (Espaço Urbanizado Verde ou Espaço Urbanizável Verde), não havendo lugar a construção.

INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I. P.

DEPARTAMENTO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E FLORESTAS DE LISBOA E VALE DO TEJO

Departamento de Conservação da Natureza e Florestas de Lisboa e Vale do Tejo

Apartado 25 – EC Sintra – 2711-901 SINTRA

Telefone: 219 247 200



E) Mancha 12 – classificada na totalidade com perigosidade de incêndio alta e muito alta, em que a Câmara Municipal pretende classificar como Espaço Urbanizado Consolidado Verde, não propondo edificação para o mesmo.

Assim, considera-se ser de permitir a reclassificação, tendo em conta que não há lugar a construção, devendo contudo ser dado cumprimento ao Decreto-lei 124/2006 de 28 de junho alterado pelo Decreto-lei n.º 17/2009 de 14 de janeiro.

F) Mancha 14 - classificada na totalidade com perigosidade de incêndio alta e muito alta, não tendo havido lugar a classificação de solo no PDM em vigor.

Neste âmbito considera-se que esta mancha pode ser classificada como Solo Urbano desde que seja alterada a carta de perigosidade de acordo com o Despacho 4345/2012 de 27 de março.

Assim, não obstante as demais licenças, autorizações ou aprovações exigíveis, e tendo em conta a apreciação expressa, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 16º conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 3º, ambos do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho alterado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009 de 14 de janeiro e do Decreto-Lei n.º 55/2007 de 1 de março, emite-se:

- Parecer favorável condicionado para as manchas 1, 2, 3, 9, 10, 11, 12, 13 e 14.
- Parecer desfavorável para as manchas 4, 5, 6, 7, e 8.

Ficamos contudo à disposição para os esclarecimentos que julguem necessários.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe de Divisão de Planeamento e Avaliação de Projetos,

Ana Lídia Freire

INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I. P.

DEPARTAMENTO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E FLORESTAS DE LISBOA E VALE DO TEJO

Departamento de Conservação da Natureza e Florestas de Lisboa e Vale do Tejo

Apartado 25 – EC Sintra – 2711-901 SINTRA

Telefone: 219 247 200